

Ponto a Ponto da Habilitação

A planilha abaixo é orientativa e visa suportar na análise documental. Ela não esgota a análise de todos os arquivos enviados pela licitante.

9	Habilitação	De acordo
9	Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: a) SICAF; b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;	De acordo
9.1	Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)	a) 6.4 - CNPJ 0001-10 - SICAF - EMISSAO 18-11-20 6.5 - CNPJ 0010-10 - SICAF - EMISSAO 18-11-20
9.1.1.	A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.	6.1 - CNPJ 0001-10 - TCU - CONSULT CONSOLID - EMISSAO 16-11-20 6.2 - CNPJ 0010-01 - TCU - CONSULT CONSOLID - EMISSAO 16-11-20
9.1.2	Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.	6.3 - CNPJ 0001-90 - TCU - CONSULT CONSOLID - EMISSAO 18-11-20
9.1.2.1.	A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.	De acordo
9.1.2.2.	O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.	De acordo
9.1.2.3.	Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.	De acordo
9.1.3.	No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.	De acordo
9.1.4.	Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.	De acordo
9.2.	O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;	De acordo
9.2.1	É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.	De acordo
9.2.2.	O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.	De acordo
9.2.3.	Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.	De acordo
9.3	Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital	De acordo
9.4	Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.	De acordo
9.5	Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.	De acordo
9.6	Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.	De acordo
9.6.1	Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:	De acordo
9.7	Habilitação Jurídica	De acordo
9.8	No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;	Não se aplica
9.8.1	Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br ;	Não se aplica
9.8.2	No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;	De acordo
9.8.3	inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;	3.1 - ALL - CONTRATO SOCIAL - 62 ACS 3.2 - DOC ELEICAO - LUIS GONCALVES - CAPA 3.3 - ALL - CONTRATO SOCIAL - ELEICAO LUIS GONCALVES - 49 ACS 3.4 - DOC ELEICAO - JOAO RIBEIRO - CAPA 3.5 - ALL - CONTRATO SOCIAL - ELEICAO JOAO RIBEIRO - 52 ACS
9.8.4	No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;	3.6 - ALL - CONTRATO SOCIAL - CERTIDAO SIMPLIFICADA RS - EMISSAO 14-11-2 3.7 - ALL - CONTRATO SOCIAL - FICHA CADASTRAL SP - EMISSAO 20-11-20
9.8.5	Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;	De acordo
9.8.6	Regularidade fiscal e trabalhista:	De acordo
9.9	prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;	De acordo
9.9.1.	prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.	4.1 - CNPJ 0001-10 - EMISSAO 16-11-20 4.2 - CNPJ 0001-10 - QSA - EMISSAO 16-11-20 4.3 - CNPJ 0001-10 - EMISSAO 16-11-20
9.9.2.	prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);	4.4 - ALL - CND FEDERAL - VENCE 30-01-21

9.9.3.	prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;	4.17 - CNPJ 0001-10 - FGTS - VENCE 14-12-20 4.18 - CNPJ 0010-01 - FGTS - VENCE 14-12-20
9.9.4.	prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual	4.16 - ALL - CNDT - VENCE 23-04-21
9.9.5.	prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;	4.5 - CNPJ 001-10 INSC EST - EMISSAO 16-11-20 4.6 - CNPJ 010-01 INSC EST - EMISSAO 16-11-20
9.9.6.	caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;	4.7 - CNPJ 0001-10 - CND ESTADUAL - VENCE 07-01-21 4.8 - CNPJ BASE - CND ESTADUAL - VENCE 10-12-20 4.9 - CNPJ 0010-01 - CND ESTADUAL - N INSCRITOS - VENCE 14-12-20
9.9.7.	caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.	Não se aplica
9.9.8.	Qualificação Econômico-Financeira	De acordo
9.10.	certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica	De acordo
9.10.1.	balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;	5.1 - CNPJ 0001-10 - CND FALENCIA - EMISSAO EM 06-11-20 5.3 - CNPJ 0010-01 - CND FALENCIA - EMISSAO 18-11-20
9.10.2.	No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);	5.5 - BALANCO COMPLETO 2019
9.10.2.1	no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;	Não se aplica
9.10.2.2.	é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.	Não se aplica
9.10.2.3.	A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas: LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante SG = Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante LC = Ativo Circulante	Conforme item 9.10.2.4 a qualificação econômica financeira dar-se-á pelo capi mínimo/social que pode ser localizado nos documentos abaixo: 5.5 - BALANCO COMPLETO 2019 - pag 01 . 3.1 - ALL - CONTRATO SOCIAL - 62 ACS - pag. 17
9.10.2.4.	As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 3% (três por cento) do valor estimado da contratação ou do GRUPO pertinente.	A qualificação econômica financeira dar-se-á pelo capital mínimo/social que pode ser localizado nos documentos abaixo: 5.5 - BALANCO COMPLETO 2019 - pag 01 . 3.1 - ALL - CONTRATO SOCIAL - 62 ACS - pag. 17
9.10.3	Qualificação Técnica	De acordo
9.11.	Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o grupo pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.	De acordo
9.11.1.	Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) deverá(ão) dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:	De acordo
9.11.1.1.	Para efeito de qualificação técnica, a LICITANTE deve demonstrar sua aptidão e capacidade técnico-operacional para a execução do OBJETO mediante comprovação de prestação bem-sucedida de fornecimento de bens e de serviços em características e quantidades compatíveis com a presente licitação, mediante apresentação de um ou mais ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA que deverão comprovar o fornecimento de, no mínimo, 3% (três por cento) do volume estimado de equipamentos para o grupo em disputa e com características compatíveis com o objeto da presente pretensão contratual, incluindo garantia e assistência técnica podendo considerar contratos já executados e/ou em execução.	7.1 - ACT160_MINISTERIO ECONOMIA_CLIENT_DESKTOP_MONITOR_2020 (4) 7.2 - ACT16_VIVO_CLIENT_DESKTOP_NOTEBOOK_2017 (1) 7.3 - ACT155_PREFEITURA DE SAO PAULO_CLIENT_DESKTOP_2019
9.11.1.1.1.	A comprovação de capacidade técnica será realizada individualmente para cada grupo.	De acordo
9.11.1.1.2.	Para cada grupo, a(s) Licitante(s) deverá(ão) apresentar: a) atestado(s) que se refiram a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior; b) atestado(s) que se refiram a serviços prestados ou fornecimentos realizados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.	De acordo
9.11.1.1.3.	A licitante deve disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s) fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.	De acordo
9.11.2.	O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício	Não se aplica
9.12.	A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.	Não se aplica
9.13.	A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.	De acordo
9.13.1.	declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.	De acordo
9.14.	Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.	Não se aplica
9.15.	A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.	De acordo
9.16.	Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.	De acordo
9.17.	Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.	De acordo
9.18.	Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente	Não se aplica

9.19.	O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.	De acordo
9.19.1.	Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.	De acordo
9.20.	Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.	De acordo